



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3086 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
JANEIRO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



HABITAÇÃO

O frio que os portugueses passam em casa

Inverno após inverno, os portugueses lutam contra as baixas temperaturas dentro de casa como podem. O maior ou menor desconforto depende, quase sempre, do orçamento familiar e a pobreza energética atinge

milhares de famílias que não conseguem enfrentar os custos da energia durante esta estação. Problemas de saúde e acidentes graves são frequentes num país que bate os dentes de frio. **págs. 6 a 9**



Presidenciais são já este mês

É já no dia 24 que os eleitores em Portugal vão às urnas. Com sete candidatos ao Palácio de Belém, o processo eleitoral vai realizar-se para eleger o Presidente da República, num mandato que começa este ano e termina em 2026. Com a pandemia, prevê-se a redução do número de eleitores por secção e o aumento de locais para votar em todo o país. **pág. 13**



Caixa: população defende balcões

Monte da Caparica, Alfama, Marvila, Agualva, Mira Sintra, Massamá e Monte Abraão são algumas das localidades onde as populações têm desenvolvido protestos contra a decisão de encerramento de balcões por parte da Caixa Geral de Depósitos. Em troca da recapitalização do banco, a Comissão Europeia viabilizou o fecho de 180 balcões até ao fim de 2020. **pág. 11**



MEMÓRIA

Fuga de Peniche

Em janeiro de 1960, 10 dirigentes e militantes comunistas evadem-se do Forte de Peniche numa audaciosa operação que constituiu um dos mais relevantes e significativos momentos da resistência, que durante 48 anos combateu o fascismo. Ao regime é imposta uma pesada derrota. **pág. 16**



A VOZ DO OPERÁRIO Um refeitório social e solidário

À conversa com utentes e trabalhadoras do refeitório social, este jornal retrata a importância de um serviço da instituição que faz chegar comida a dezenas de pessoas num ato de solidariedade. **pág. 3**



Oposição venezuelana em queda

O chavismo voltou a ganhar terreno no poder legislativo do país com 71% dos votos. Num compasso de espera, a comunidade internacional aguarda a transição de poder nos Estados Unidos para se pronunciar sobre a vitória que assegura a continuidade do processo. Entre portas, a oposição volta a mostrar divisões e há quem questione a liderança de Guaidó. **pág. 14**

Um novo mandato n'A Voz do Operário e um mandato novo na Presidência da República

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

No passado dia 3 de dezembro, tiveram lugar as eleições para os Órgãos Sociais d'A Voz do Operário, relativas ao quadriénio 2021-2024, estando a tomada de posse, como sempre aberta aos sócios, agendada para o próximo dia 14 de janeiro.

A equipa agora eleita, que conjuga experiência e renovação, tem a grande honra, aliada à elevada responsabilidade, de prosseguir com redobrado vigor o projeto d'A Voz do Operário. Nascida da luta dos operários tabaqueiros, A Voz do Operário sempre pugnou pela defesa dos trabalhadores e das suas causas, bem como pelo associativismo, com uma atividade muito relevante e profícua em prol dos seus associados e da comunidade.

“Uma fraternidade profunda e generosa tem presidido sempre, desde a sua origem, à ação d'A Voz do Operário”. Assim descreveu Urbano Tavares Rodrigues a nossa Instituição no depoimento feito em 2013 (ano em que infelizmente viria a falecer) relativo à comemoração do 130º aniversário. Esta frase encerra, a meu ver, uma caracterização romântica e ao mesmo tempo abrangente e totalmente verdadeira da história d'A Voz do Operário. Prosseguir nesse rumo é o nosso grande desígnio.

São muitos os desafios que temos pela frente, aos quais pretendemos dar resposta, tendo por base as linhas de rumo consignadas no programa com que nos candidatámos, de que destaco:

A aproximação aos sócios com o desenvolvimento de atividades que garantam uma crescente oferta de serviços nas áreas do desporto, cultura e lazer, com um leque diversificado de iniciativas, onde se incluem a Marcha Infantil e o Arraial Popular.

O Jornal, que como sabemos está na génese da fundação d'A Voz do Operário, manterá a sua publicação regular, permanecendo o meio privilegiado de contacto com os sócios, complementado pelas presenças do Jornal e da Instituição na internet, apostando igualmente no aprofundamento da newsletter e no alargamento da comunicação institucional através das redes sociais.

A Ação Social assume especial relevância no contexto de pandemia em que

se inicia o mandato, com um legado socialmente pesado, marcado por situações de pobreza e maior isolamento, vincando a grande importância do trabalho de proximidade em resposta às necessidades dos sócios e da comunidade envolvente.

Sendo a educação uma das vertentes em que A Voz do Operário desempenha um papel ímpar, ela merece particular atenção, prosseguindo o diálogo com a comunidade educativa, trabalhadores, alunos e encarregados de educação, no sentido de melhorar a qualidade do serviço educativo prestado, dando maior destaque ao projeto Educativo d'A Voz do Operário, caracterizado pela aprendizagem dialogada, como uma concretização das propostas pedagógicas de associações como o Movimento da Escola Moderna.

Se no caso d'A Voz do Operário estamos perante um novo mandato, que prossegue o seu riquíssimo legado histórico, já quanto à Presidência da República, cujas eleições se realizarão no próximo dia 24 de janeiro, o que está em causa é, pelo contrário, a escolha de quem represente um mandato novo, que em lugar de ser o suporte dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, esteja ao serviço de uma efetiva política de esquerda, defenda os direitos dos trabalhadores e do povo, dando voz ao projeto consignado na Constituição da República Portuguesa e aos valores de Abril que lhe estão associados.

Portugal precisa de um Presidente da República, que não seja um entrave ao Serviço Nacional de Saúde, representando os grandes interesses privados onde se incluem as parcerias público privadas, com os conhecidos nefastos resultados, mas pelo contrário defenda o direito à saúde e o Serviço Nacional de Saúde, tal como está consagrado na Constituição.

Portugal precisa de um Presidente da República verdadeiramente comprometido com os interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios empresários, dos pequenos produtores. Em suma, comprometido com os interesses do povo e o progresso do País.

É este o objetivo que deveremos assegurar nas eleições para Presidente da República, elegendo quem afirme no exercício das suas funções, não só o respeito pela Constituição, mas também a concretização do seu projeto de mudança e rutura com o rumo de declínio.

EDITORIAL

Mudar de ano, mudar de políticas

Graças à ciência e aos esforços dos profissionais de saúde, o ano que agora começa abre-se com um horizonte de esperança e a vacina é um importante instrumento para derrotar o novo coronavírus.

Se a maioria dos governos não soube evitar as consequências da pandemia com políticas equilibradas e socialmente justas, os trabalhadores foram essenciais para manter a economia a funcionar mesmo nas mais duras condições. Agora, importa dignificar o papel de quem trabalha valorizando salários e outros direitos. Da mesma forma, importa reforçar o Serviço Nacional de Saúde com meios e profissionais para responder às necessidades, com ou sem pandemia.

Com o rigor do frio de dezembro, assistimos às desigualdades de quem vive em casas frias sem dinheiro para cobrir as despesas do gás e da eletricidade. Em destaque no nosso jornal, o frio que os portugueses passam em casa merece a atenção de quem governa o país. É urgente executar um plano que combata a pobreza energética.

Não é preciso inventar soluções políticas milagrosas para encaminhar o país numa via de progresso e justiça social. Se os diferentes Presidentes da República tivessem cumprido e feito cumprir a Constituição como juraram, certamente Portugal seria muito diferente.

Com as eleições presidenciais à porta, os eleitores estão chamados a escolher no dia 24 de janeiro o próximo inquilino do Palácio de Belém. Não é coisa pouca a responsabilidade de um Presidente da República e não é coisa pouca a responsabilidade de elegermos nas urnas quem esteja ao lado dos trabalhadores e do povo. A forma como levamos as nossas vidas também depende disso.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo

REDATOR PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho

DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge

FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura,

Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho,

Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais,

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA

Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,

n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 3.500 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



CANTINA SOCIAL

Uma Voz no combate à fome e à pobreza



Cantina d'A Voz do Operário presta auxílio a três dezenas de utentes do Refeitório Social.

De norte a sul do país, sucedem-se as notícias que dão conta do aumento da pobreza e da fome em várias famílias. Depois de um ano em que a pandemia marcou a atualidade no mundo inteiro e o dia-a-dia de quem vive em Portugal, uma nova crise pode provocar novos retrocessos sociais.

Como em qualquer outro momento, a resposta solidária d'A Voz do Operário mantém-se como bandeira de uma instituição que nasceu com valores de igualdade e justiça social. Nesse contexto, o Refeitório Social d'A Voz do Operário insere-se na Rede Solidária de Cantinas Sociais - Programa de Emergência Alimentar, com o apoio do Instituto da Segurança Social, e abrange 30 utentes. Quando é necessário, a própria instituição assegura um número superior de refeições, ocasionado pela elevada procura de apoio alimentar.

A intervenção levada a cabo com a população mais carenciada assenta numa lógica de solidariedade que

perpassa a história d'A Voz do Operário e que tem o objetivo de fazer um acompanhamento que garanta as condições para que os utentes possam deixar de recorrer a este programa de apoio.

Junto da instituição, as pessoas que a ela recorrem encontram um espaço disponível para o auxílio na superação de obstáculos que se lhes vão colocando. Esse apoio pode ir desde questões de organização doméstica até à procura ativa de emprego, passando ainda por várias situações de debilidade emocional.

Diariamente, mulheres e homens recorrem à instituição, numa casa que também é sua, para encontrar no Refeitório Social uma resposta solidária num país marcado por injustiças sociais. É o caso de Alberto Gonçalves. Durante anos, foi jardineiro da autarquia no Campo Grande e chegou exercer esta profissão também na Moita. Agora, com 64 anos, a passar por dificuldades económicas, apenas com o rendimento social de inserção, é

um dos muitos utentes que recorre ao apoio d'A Voz do Operário na alimentação. Quando começou a frequentar a instituição, vivia na Rua do Benfornoso e caminhava até à Graça para levar comida confeccionada na instituição para um amigo com uma deficiência motora. Um dia, uma assistente social perguntou-lhe por que não levava também comida para ele próprio. Foi há cinco anos.

É também o caso de Marta Figueiredo, jovem de 26 anos que vive na Quinta do Ferro e que trabalhava nas limpezas de um restaurante nas Caldas da Rainha. Quando ficou desempregada, logo no começo da pandemia, decidiu rumar a Lisboa, onde vive o pai. Foi através da vizinha, Rosa Madalena da Silva, que soube do apoio d'A Voz do Operário. "Como gosto de ser ajudada, também gosto de ajudar", diz Rosa enquanto explica que informou a instituição que conhecia uma pessoa que "perdeu o emprego por causa da covid e que passa fome". Agora, as duas moradoras da Quinta do Ferro percorrem diariamente, juntas, a distância que separa o bairro d'A Voz do Operário.

A realidade de quem recorre à solidariedade da instituição difere de pessoa para pessoa mas, em geral, todas refletem grandes dificuldades económico-sociais.

Alberto Batista, de 52 anos, a viver em São Vicente, perto da Feira da Ladra, já recorria à Voz do Operário quando a mãe era viva. Hoje, come sozinho mas não hesita em agradecer a solidariedade da instituição.

"Às vezes, são 30 utentes, mas já foram mais", explica Graça Nunes, a cozinheira d'A Voz do Operário, que entende que o Refeitório Social é um serviço importante. De facto, o número já foi bem superior mas diminuiu devido à sucessiva redução de vagas imposta pela Segurança Social. Há quase dois anos e meio à frente da cozinha, confeccionar comida para os outros é fazer aquilo que gosta.

Também Ana Isabel Ribeiro, encarregada do refeitório, de 61 anos, considera que é importante a instituição estar presente quando há quem mais precisa. Depois de trabalhar no campo, quando era criança, começou a servir em casa de famílias aos 14 anos, e foi já aos 18 que decidiu procurar uma vida melhor na indústria hoteleira. Trabalha no setor há 43 anos e está n'A Voz há já 15 anos.

Afirma que a relação é boa com quem recorre à Voz e que acaba por se conhecer os hábitos ou particularidades de cada um. "Há uma senhora que não come laranja e já sabemos que não vale a pena dar-lhe esta peça de fruta. Há outra que é diabética e tentamos arranjar uma maneira de que esta pessoa possa comer", exemplifica.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

Tomada de posse corpos gerentes

D'A VOZ DO OPERÁRIO (2021-2024)

📍 14 de janeiro, 19h

📅 A Voz do Operário (Graça)



A VOZ DO OPERÁRIO
Sociedade de Instrução e Beneficência



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**
Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

A Voz do Operário na campanha de Norton de Matos, em 1949

Luís Carvalho, investigador

Foi n'A Voz do Operário que se realizou a primeira sessão da campanha presidencial do general Norton de Matos, no dia 10 de janeiro de 1949.

Aliás, à semelhança do aconteceu no Porto, com a Cooperativa do Povo Portuense, A Voz do Operário foi cenário privilegiado dessa campanha na cidade de Lisboa. Aqui se realizaram depois mais três sessões: no dia 12 de Janeiro, uma sessão de jovens (presidida por um dirigente do MUD Juvenil, Mário Soares); no dia 24, uma sessão a nível distrital (presidida pelo diretor da revista Seara Nova, Luis Câmara Reis); e por fim no dia 28, uma sessão promovida por mulheres (presidida pelo fundador da Universidade Popular Portuguesa, o professor Ferreira de Macedo).

I

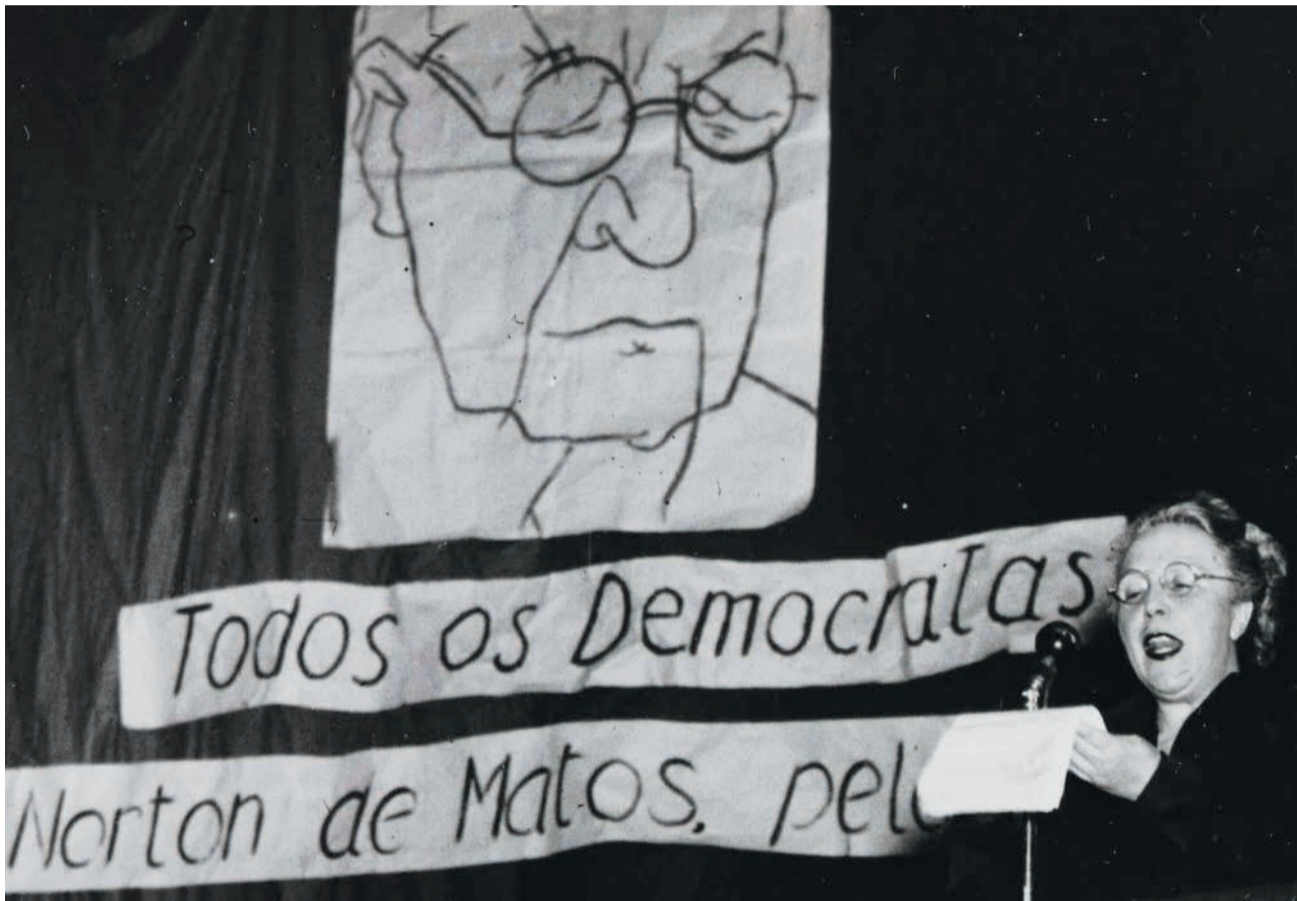
Foi uma campanha verdadeira numas eleições falsas.

Depois da derrota dos regimes fascistas de Hitler e Mussolini em 1945, na 2ª Guerra Mundial, a estratégia de sobrevivência da ditadura de Salazar incluiu a encenação periódica de eleições que eram falsificadas a todos os níveis, desde o recenseamento eleitoral à liberdade de fazer campanha e à contagem de votos. Mas durante algumas semanas a censura e a repressão abrandavam, e a oposição aproveitava para se expressar. Neste contexto, foram importantes momentos de resistência e de unidade antifascista em Portugal. Em 1958, foi de tal forma evidente o apoio popular aglutinado em torno da candidatura do general Humberto Delgado, que Salazar decidiu acabar com eleições presidenciais. E Delgado acabou assassinado pela PIDE alguns anos depois.

II

Uma das novidades da campanha de Norton de Matos foi o protagonismo de mulheres que nela se expressou. Significativo, apesar de marcado pela desigualdade social, pois não foi coisa de operárias, camponesas ou simples domésticas – como eram a maioria das mulheres portuguesas de então. Foi um protagonismo oriundo sobretudo da pequeníssima minoria de mulheres que neste país já tinha tido acesso a estudar numa universidade. Figuras intelectuais como a escritora Maria Lamas e a médica Cesina Bermudes em Lisboa, a engenheira Virgínia Moura no Porto e a farmacêutica Sofia Pomba Guerra em Lourenço Marques (Moçambique). Quatro mulheres que pagaram cara a sua coragem, pois no espaço de um ano todas elas foram presas pela PIDE.

Um discurso particularmente interessante que então se ouviu na Voz do Operário foi proferido por Palmira Tito de Morais. Falou de democracia como um “sistema político que postula a igualdade de direitos dos cidadãos” e a “participação efetiva de toda a população trabalhadora”. Especificamente sobre a condição feminina, disse que “a nós mulheres, o fas-



Maria Lamas discursando numa sessão realizada n'A Voz do Operário.

cismo lançou-nos como marco orientador a célebre fórmula hitleriana de «kinder, kuche und kirche» (ter filhos, cozinhar e ir à igreja). Mas ao mesmo tempo, jovens com menos de 20 anos eram matriculadas como prostitutas.

Além desta hipocrisia, Palmira apontou o dedo à desigualdade social e de género que atingia as mulheres da classe trabalhadora: “quanto à remuneração do trabalho, nós vemos que a mulher tem sido sempre quem mais sofre, o seu trabalho é pago tomando como base o princípio de que tudo quanto ganha é para os seus alfinetes e que será sempre dependente, para a sua manutenção, do salário do marido ou do pai. Varrem-se assim da existência [...] as mulheres solteiras e viúvas. Ora como o sistema económico em que vivemos leva o homem trabalhador à situação de escravo, a mulher torna-se assim a escrava do escravo”. [República, 12/01/1949, p.3]

III

Outra voz que nesta casa se ouviu, na campanha presidencial de 1949, foi a de um jovem operário chamado Oscar Reis. Falou que “os jovens trabalhadores desejam possuir um ofício, receber um salário compatível com o seu trabalho e necessidades, acesso à instrução e à cultura, e aspiram ainda a viver uma vida mais digna, mais alegre e mais feliz”. Mas além da falta de liberdade geral, a ditadura cortava-lhes particularmente as possibilidades de defenderem os seus direitos e aspirações. Denunciava este orador que os jovens ope-

rários de 18 anos não eram admitidos nos sindicatos e que os camponeses, “em piores condições de vida”, nem sindicatos possuíam. [República, 13/01/1949 p.4]

Estava a referir-se não aos antigos sindicatos livres dissolvidos pela ditadura em 1934, mas aos sindicatos tutelados depois permitidos.

IV

Na campanha de Norton de Matos ainda marcaram presença alguns elementos da velha guarda do movimento operário anterior à ditadura. Na mesa de uma sessão realizada na Cooperativa do Povo Portuense esteve o velho operário socialista João Maravilhas Pereira, já com uns 80 anos de idade. E noutra sessão discursou ali o operário José da Silva, que havia sido dirigente do Partido Comunista Português ainda no tempo da 1ª República.

Já n'A Voz do Operário foi certamente curioso ouvir um dos mais importantes intelectuais anarquistas portugueses, o velho João Campos Lima, que se tinha destacado nas grandes lutas estudantis que ocorreram em Coimbra ainda no reinado de D. Carlos.

Disse ele que era “alheio por princípio às pugnas eleitorais” mas que não podia deixar de comparecer naquele momento. Defendeu que, embora fosse “racionada como o azeite e a manteiga” e outros géneros que na altura estavam racionados em Portugal, era preciso aproveitar aquela relativa liberdade momentânea para “levar avante a realização dos ideais progressivos da Democracia”. [República, 25/01/1949, p.5]

ESCOLAS

“O Papel do aluno e do professor na regulação das aprendizagens: A construção social da E.F.”



Professora d'A Voz do Operário partilhou experiência pedagógica em ação de formação.

Raquel Duarte, Professora de Educação Física

Raquel Duarte, professora de Educação Física na escola “A Voz do Operário”, foi convidada pelo CNAPEF (Conselho Nacional de Associações de Profissionais de Educação Física e desporto) a participar como preletora numa ação formação e partilhar a sua experiência profissional e o modelo pedagógico adotado nas suas aulas.

Nesta formação foi essencial contextualizar o modelo em causa, referindo não existirem escolas Movimento da Escola Moderna (MEM), por se tratar de um modelo, e não de um método, bem como por todas as especificidades de ideologia e de prática que o caracterizam, tornando-o um modelo flexível e dinâmico face ao contexto e ao indivíduo. No entanto, podemos assumir com orgulho que é um modelo de ensino adotado pelos grupos pedagógicos de todas as valências educativas d’ A Voz do Operário e consequentemente pelos seus educadores e professores. Desta realidade surgiu a necessidade de colocar a Educação Física como extensão do modelo na escola.

Apesar da Educação Física ter sido sempre uma área de grande relevância, quer a nível educacional, quer a nível associativo, n’ A Voz do Operário, em 2007, quando a professora começou a leccionar na escola, verificou que não tinha sido adotado este modelo na disciplina.

Através da sua formação universitária pelas disciplinas de Pedagogia e psicologia pôs sempre em prática um dos princípios base para uma educação justa e democrática, a *Diferenciação de Ensino*. Mas, pelo que observava nas salas de aula das professoras titulares do 1º ciclo, percebeu que muito mais podia ser feito para uniformizar os instrumentos de monitorização e aprendizagem e chegar ao que ela própria entendia como *Aprender*.

A Educação Física estava isolada e não existia partilha pedagógica nesta área, pelas complexidades da disciplina, quer a nível espacial, curricular, material, quer pela carga letiva e pela desvalorização da disciplina face às outras.

Após ter verificado resultados muitos positivos nos alunos individual e coletivamente, a professora questionou, pesquisou e adaptou com a cooperação dos colegas com formação em MEM, instrumentos de pilotagem/monitorização. Contudo, e tal como ao longo dos anos se verificou, tal é um processo sempre em transformação e flexível perante o contexto educativo.

Como preletora, partilhou com os colegas os pontos positivos, obstáculos e estratégias. Referiu que além de ser um processo sempre em transformação e adaptação, tem como intenção aplicar todas as bases da sintaxe do modelo, e os resultados obtidos tornam-se as razões da professora continuar o seu percurso.

Por ser uma pedagogia que não é conhecida por todos os professores/treinadores, a professora insistiu

mais na Operacionalização, isto é, em explicar como é possível adotar o modelo em Educação Física nas duas valências.

Raquel Duarte apresentou todos os instrumentos de monitorização utilizados pelos alunos: a Lista de Verificação, onde estão descritos todos os conteúdos que o aluno tem que aprender, os que vai trabalhar e o nível dos conteúdos já avaliados, através de autopropostas de verificação; a grelha de planificação é um quadro onde os alunos planificam quinzenalmente os conteúdos escolhidos por eles a serem trabalhados; a Grelha de Companheiros de Aprendizagem, que consiste nos registos de parcerias e, por fim, os critérios de avaliação, onde estão descritos os níveis de desempenho para o perfil do aluno, permitindo-lhe tomar consciência do que é um aluno de nível 5, 4 ou 3.

Foi explicado como os alunos, em coletivo, constroem em democracia o seu processo. No conselho de cooperação educativa fazem a organização e planificação curricular, a diferenciação de ensino, o conhecimento de níveis de desempenho e organização de parcerias e balanços.

Apresentou-se um vídeo realizado com uma aluna do 2º ciclo a explicar como se monitoriza o processo democrático e cooperativo da aprendizagem. Assim, foi possível ver como os alunos se apropriam deste modelo e o conseguem aplicar facilmente. Demonstrou-se, através de fotografias, os diferentes tipos organização de aula por estações, com várias matérias em simultâneo, com a gestão democrática e cooperativa e o cumprimento do planeamento por etapas.

A ação terminou com as razões pelas quais a professora considera o modelo mais apropriado para a realidade educacional dos seus alunos. Em relação aos alunos destaca-se o desenvolvimento da autonomia, das tomadas de decisão, da confiança, da responsabilidade e do interesse. A consciência do conhecimento dos conteúdos a cumprir, melhoria dos níveis de desempenho, o desenvolvimento da cooperação e parcerias, o desenvolvimento individual através do respeito, empatia e relação para com os outros.

Quanto à professora, esta obtém uma organização pedagógica e diferenciação de ensino simplificada, sente uma melhoria da qualidade de relação com os alunos, bem como o conhecimento mais profundo de cada um e do grupo como um todo. É determinante na vinculação dos fatores sócio-afetivos que prevalecerão nas vidas dos alunos, a descentralização do seu papel no processo, colocando-se como mediadora. Destaca-se ainda a valorização da Educação Física face às outras disciplinas, através do trabalho em cooperação com outros colegas, com projetos pluridisciplinares e partilha de experiência pedagógica.

O balanço feito pela professora foi bastante positivo, pelo debate e pelas questões levantadas pelos participantes, levadas pela curiosidade e manifesto do interesse pelo modelo.

INVERNO



A bater os dentes: quando o inverno também é dentro de casa

Inverno após inverno, os portugueses envolvem-se numa guerra contra um inimigo que silenciosamente se infiltra nas nossas casas. Dependendo do orçamento familiar, são muitas as armas à disposição de quem se predispõe a combater o frio em todas as suas formas. Escolhem-se ‘choriços’ para encostar à porta da rua, compram-se fitas isoladoras para calafetar janelas e, quando a carteira o permite, não há casa que dispense um aquecedor a óleo ou a gás. É uma batalha que passa de pais para filhos e ninguém esquece aquela avó que dormia com um saco de água quente.

Bruno Amaral de Carvalho

Carla Araújo repete um gesto na luta incansável contra o frio. Como muitos portugueses, a primeira coisa que faz quando chega a casa, no Bairro do Caramão da Ajuda, em Lisboa, é vestir o pijama e pôr um robe por cima. Vive aqui desde que nasceu, há 51 anos, e são 51 invernos sem tréguas e sem solução à vista. A casa que pertence à Câmara Municipal de Lisboa nunca teve obras e as queixas são muitas. Sobretudo, da humidade que deixa muitas marcas nas paredes.

“Quando chove, o telhado mete água por todo o lado e as paredes escorrem água por causa da humidade”, descreve esta trabalhadora da limpeza. Coabita com o pai, o filho, a nora e o neto e o aquecedor, como em muitos lares portugueses, é um bem de luxo. Só se liga ao fim da noite, imediatamente antes da hora do sono. Carla Araújo diz que é assim porque o peso ao fim do mês na conta da luz pode ser avultado. Reconhece que se o preço da eletricidade fosse baixo, estenderia os períodos em que o aparelho está ligado. Mas diz viver num país “em que nada é barato, é tudo caro

e onde se ganha pouco” e por isso socorrem-se de roupa quente para enfrentar o frio doméstico.

Ainda assim, todo o cuidado é pouco com os aparelhos elétricos. Fruto da humidade, suspeita Carla Araújo, o quadro dispara várias vezes e já ficaram com uma televisão avariada. Noutra ocasião, o quadro elétrico chegou mesmo a arder.

Mas as baixas temperaturas têm outras consequências. Alérgico desde criança, o filho de Carla Araújo “fica muito pior no inverno” numa casa que não o consegue proteger do frio. “E eu normalmente ando sempre constipada nesta al-

tura do ano. É demais”, acrescenta, para logo denunciar que já fez várias queixas na autarquia sem que isso tivesse resolvido o problema.

Do outro lado da cidade, na Rua dos Anjos, perto do Intendente, vive Alberto Gonçalves. Também numa casa alugada, aos 64 anos, tem medo de ser despejado porque acaba de morrer o proprietário do imóvel onde mora há cerca de cinco anos. É uma casa tão antiga que não se recorda da idade. O que sabe é que arranjam o teto e já não chove no interior mas o velho inimigo não baixa a guarda. “É muito complicado, faz muito frio”, explica.

Para superar as baixas temperaturas, este antigo jardineiro da autarquia de Lisboa diz que veste muita roupa e que quando vai dormir se deita com muitos cobertores. Aquecedor não usa e a razão é simples: é “muito caro”.

As queixas repetem-se com Rosa Madalena da Silva, que mora na Quinta do Ferro. Como Carla Araújo, esta mulher de 65 anos, diz ter muita humidade nas paredes. À espera de uma reforma, por parte da senhoria da casa, também sofre muito frio no inverno. Com o rendimento mínimo de inserção e sem reforma, o aluguer é pago pela Santa Casa da Misericórdia e tem muitas dificuldades em enfrentar as baixas temperaturas.

“A casa parece gelo. Parece que estamos com o frigorífico aberto”, descreve Rosa Madalena da Silva. “Está mais frio dentro de casa do que na rua. Pode crer”. Se Alberto Gonçalves não usa aquecedores devido ao custo da eletricidade, esta moradora, há oito anos na Quinta do Ferro, tem o mesmo problema que Carla Araújo. “Da última vez que liguei um eletrodoméstico, fiquei sem luz. Foi lá um homem a casa e explicou-me que tinha um curto circuito”, explica.

Ao lado, uma vizinha de Rosa denuncia os mesmos problemas. Marta Figueiredo, de 26 anos, vive na Quinta do Ferro desde abril, em casa do pai, com graves problemas estruturais. À espera de uma resposta da autarquia, socorre-se de outra vizinha que foi realojada pela autarquia e que lhe deixou mantas e roupas quentes. “Para mim, torna-se mais complicado porque a minha casa de banho é na rua e quando está a chover também chove dentro da casa de banho”, descreve a jovem. Foi, aliás, o que aconteceu na última noite. “Tive de levar o chapéu de chuva para dentro da casa de banho”, denuncia.

Portugal é um dos países onde mais frio se passa dentro de casa

Não deixa de ser extraordinário que num país com um dos climas mais moderados da Europa se passe tanto frio dentro de casa. De acordo com dados do Eurostat divulgados em fevereiro de 2019, pior do que Portugal só a Bulgária, Grécia e Chipre. A média de casas mal aquecidas na União Europeia anda em torno dos 8%. Em Portugal, esse valor sobe para os 22%.

Até pode não estar demasiado frio na rua mas enregelam-se dentro de casa. Por exemplo, a temperatura média em janeiro, que é habitualmente o mês mais frio em Lisboa, é de 11,6°C. Já em Turku, no sudoeste da Finlândia onde o mês com temperaturas mais baixas é fevereiro, essa média é de -5,2°C. Contudo, enfrentar o inverno não é um sacrifício.

A viver nesta cidade desde 2012, Tiago Silva confessou à Voz do Operário que sempre que vai a Portugal no inverno,

tem medo. “Eu sou de Almeida, distrito da Guarda, então é muito frio”, explica o doutorando de 34 anos. “O inverno aqui não custa nada. Aqui temos a casa sempre com 21 graus de temperatura e mesmo na casa anterior, uma casa de madeira, com mais de cem anos, portanto, mais fria e difícil de aquecer, mesmo com lareira, estava sempre por volta dessa temperatura”, descreve. “Em Portugal, custa-me sair da cama para tomar duche, isso torna o inverno muito mais difícil do que aqui”.

O frio mata e mói

Em outubro de 2017, o excesso de óbitos do inverno anterior chegou às capas dos jornais. Então, a Agência Lusa destacava que a gripe e a vaga de frio teriam sido responsáveis por essa vaga mortal, segundo dados do relatório anual do Programa Nacional de Vigilância da Gripe. O documento elaborado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em colaboração com a Direção-Geral da Saúde, referia que durante a época de gripe 2016/2017 se teria registado um excesso de 4.467 óbitos em relação ao esperado.

Este excesso de mortalidade “coincidiu com um período epidémico da gripe e com um período em que se registaram temperaturas extremamente baixas, estimando-se que 84% dos excessos sejam atribuíveis à epidemia de gripe sazonal e 16% à vaga de frio”.

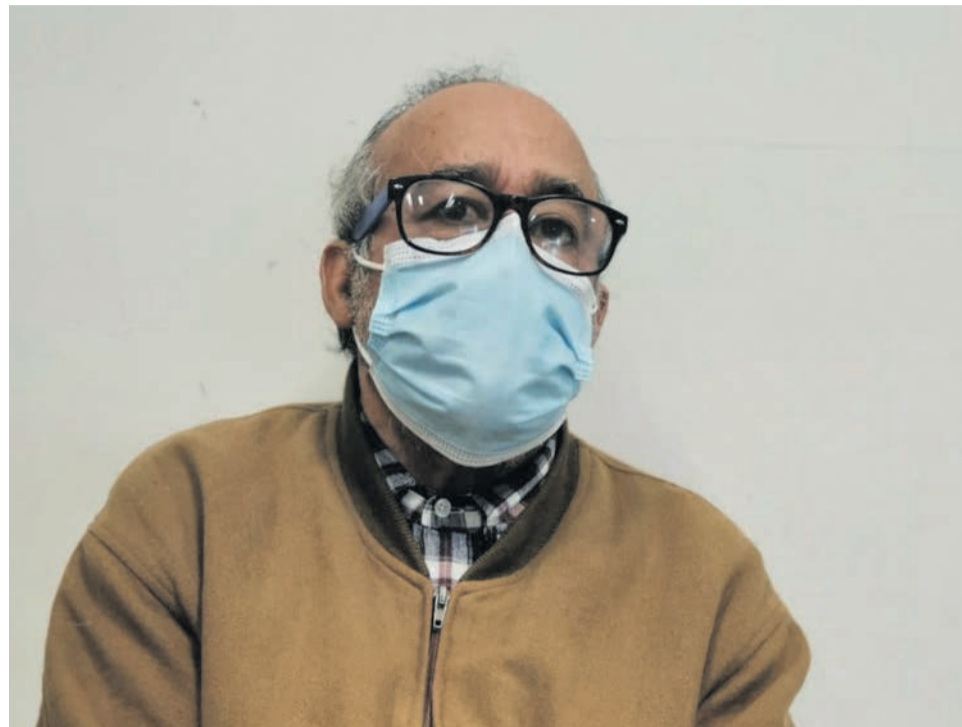
O relatório indica que, a nível hospitalar, “foi nos indivíduos adultos, com mais de 64 anos que se detetou uma maior percentagem de casos de gripe”.

“Foi também nos doentes mais velhos, com 65 ou mais anos, que se verificou a maior taxa de internamento hospitalar e em unidades de cuidados intensivos”, prossegue o documento, avançando que “a febre, as cefaleias, as mialgias, a tosse e os calafrios foram os sintomas mais frequentemente associados a casos de gripe confirmados laboratorialmente”.

Ao nível dos grupos de risco, “foi nos doentes com obesidade, diabetes e doença respiratória crónica que se observou a maior proporção de casos de gripe confirmada laboratorialmente, seguindo-se dos indivíduos com doença cardiovascular e doença renal crónica”.

Segundo o *Diário de Notícias*, em 2003, o investigador J. D. Haley publicou um estudo que mostrava que Portugal, apesar do clima moderado, era o país com o maior excesso de mortalidade no inverno.

Cátia Martins, médica de família num Centro de Saúde em Campanhã, no Porto, explica à *Voz do Operário* que “da mesma forma que aumenta a mortalidade durante as ondas de calor, o mesmo acontece quando há ondas de frio”. E apresenta vários motivos. “Também pelo



Em casa, Alberto Gonçalves veste roupa quente para combater o frio.



Rosa Madalena da Silva tem mais frio em casa do que na rua.



Marta Figueiredo vai à casa de banho de chapéu de chuva.

INVERNO



Photo by Charlie Flores on Unsplash

facto de o nosso sistema imunitário ficar mais debilitado, ficamos mais sensíveis, sobretudo em doenças respiratórias agudas. Mesmo do ponto de vista da recuperação, da convalescença, é diferente ter uma gripe, uma pneumonia ou ter covid e estar numa casa onde há condições e ter qualquer uma destas infeções numa casa em que se passa frio”, sustenta.

Para esta médica de 33 anos, a humidade das casas, associada ao frio e ao mau isolamento, complica a vida dos pacientes com patologia respiratória crónica. Doentes asmáticos ou com doença pulmonar obstrutiva crónica “são doentes que realmente notam na pele as diferenças por estarem expostos a um meio em que há muito vapor de água”.

E dá o exemplo de um jovem paciente que ilustra esta situação. “Estou a trabalhar num meio mais desfavorecido, temos um bairro social aqui ao lado do nosso centro de saúde, e tive o caso de um utente, até bastante jovem, que tinha uma asma não controlada e só pelo fac-

to de mudar de casa ficou com a doença controlada. Neste momento, nem sequer precisa de medicação e ele próprio associa a mudança para uma casa com menos humidade e com outro tipo de condições a poder deixar de precisar de uma medicação crónica”, descreve.

Mas as consequências podem ser muitas. Num país com uma população envelhecida, Cátia Martins refere os idosos que têm o hábito de se deitarem mais cedo no inverno devido às baixas temperaturas. “Vão para a cama às seis da tarde. Com o envelhecimento já se tem menos horas de sono e se vão para a cama demasiado cedo, chegam às duas da manhã e não dormem. Isto acaba por criar problemas na qualidade da higiene do sono e o que acontece é que muitas vezes isto leva ao consumo de benzodiazepinas na tentativa de corrigirem uma higiene do sono deficitária causada por se meterem na cama com frio. Eu vejo muito isto nas pessoas de maior idade e acaba por ter consequências a nível so-

cial e psicológico. Ficam com dependências de fármacos”, alerta.

O perigo de lareiras e aquecedores

Como responderam Carla Araújo e Rosa Madalena da Silva à Voz do Operário, a humidade das casas e o receio de curtos circuitos que possam provocar um incêndio fazem com que olhem para os caloríficos como um aparelho perigoso. Todos os anos, há notícias de cidadãos que morrem dentro de casa enquanto tentam combater o frio usando lareiras, salamandras ou aquecedores.

Ventilar a casa, evitar dormir junto a equipamentos de aquecimento, afastar aquecedores de móveis, evitar sobrecargas de eletrodomésticos e não deixar roupa em cima dos caloríficos são alguns dos conselhos que a própria Guarda Nacional Republicana se viu obrigada a anunciar em público para evitar tragédias este inverno.

Sem cheiro, sem cor e praticamente impercetível, o monóxido de carbono é uma morte silenciosa. Segundo dados do Centro de Informação Antivenenos (CIAV) fornecidos ao *i*, em janeiro de 2019, no ano passado foram 32 os pedidos de apoio e aconselhamento relacionados com o monóxido de carbono. Deses pedidos, 22 eram de adultos e oito diziam respeito a crianças. Estes números representavam já uma subida face aos 29 pedidos registados em 2016. Os dados revelam ainda que em 2017 se registaram 38 pedidos de ajuda.

Dados do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU), a que o *i* teve acesso, indicam que em 2018 se registaram 741 ocorrências das quais resultaram seis mortos. No entanto, esse não foi o pior ano nem em termos de ocorrências nem em número de vítimas mortais. À semelhança do número de pedidos ao CIAV, 2017 foi o ano que registou o maior número de ocorrências (972). O ano com mais mortes aconteceu em 2013, com 12, de um total de 672 ocorrências.

Portugal, um dos campeões em pobreza energética

Foi em 1990 que a britânica Brenda Boardman definiu pela primeira vez o termo pobreza energética como a incapacidade de uma família conseguir uma quantidade adequada de serviços de energia pelo preço de 10% do rendimento disponível.

Há dados que ilustram sobre a incapacidade de as famílias enfrentarem o frio recorrendo a soluções que implicam o uso de energia como o gás ou a eletricidade. Um estudo de 2019 do Eurostat, relativo ao ano anterior, mostrava que 19,4% dos portugueses dizia não ter capacidade financeira para pagar os custos relacionados com o aquecimento ade-

quado da sua casa. Era, então, a quinta maior percentagem da União Europeia cuja média era de 7% em 2018.

Noutros cálculos, Portugal estava no segundo semestre de 2019 no quarto lugar da eletricidade mais cara da União Europeia para consumo doméstico, em termos de poder de compra das famílias, de acordo com o Eurostat. Já no campeonato de preços, o gás no país também é o quarto mais caro da Europa, depois de Espanha, Suécia e Itália. Finlândia, Luxemburgo, Malta, França, Suécia, Estónia, Hungria e Países Baixos são os países onde a fatura menos pesa face ao orçamento familiar, face ao poder de compra.

As famílias portuguesas são de facto das que mais dificuldades têm para enfrentar as despesas. Com os magros salários, mais de metade (59%) dos portugueses fica com menos de 20% do rendimento após pagar as contas, na sequência da pandemia de covid-19, segundo um estudo da Intrum, realizado entre agosto e outubro deste ano.

“Devido à pandemia covid-19, 59% dos portugueses inquiridos afirma ficar com menos de 20% do rendimento após pagar as contas”, um valor que é “superior à média europeia, de 41%”, refere o European Consumer Payment Report 2020, realizado em plena pandemia, segundo a Agência Lusa.

Das medidas analisadas para responder à situação, em Portugal a mais mencionada pelos inquiridos foi o corte de gastos em bens não essenciais (62%), ligeiramente acima da média, que é 57%.

“A preocupação com o futuro e o aumento do stress e ansiedade atinge cada vez mais os portugueses”, adianta o estudo, que salienta que “as faixas etárias dos 22 aos 37 anos (61%) e dos 45 aos 54 anos (63%) afirmam estar, neste momento, mais preocupadas com o seu bem-estar financeiro do que em qualquer outro momento da sua vida”.

Reformas que podem fazer a diferença

O arquiteto Tiago Mota Saraiva explica à *Voz do Operário* que logo a seguir à revolução houve um grande processo de construção para fazer face às condições precárias da habitação em Portugal e das 500 mil casas em falta para cobrir as necessidades. Muitas dessas novas construções “representaram melhorias significativas mas a qualidade está muito longe do mínimo aceitável neste momento”, defende.

Sustenta também que durante o processo revolucionário houve “boa construção”, obedecendo a uma lógica de “habitação pública”, mas que logo a seguir com a “mercantilização da habitação” a qualidade baixa. Explica que hoje temos “elevadíssimos consumos energéticos”.

Fala na fraca qualidade dos materiais mas, sobretudo, nas soluções técnicas utilizadas na construção dos edifícios e entende que aprendemos pouco com a “arquitetura popular que nos socorria das condições térmicas exteriores” e dá o exemplo da construção de paredes grossas. Considera que os construtores preferiram poupar nos materiais abdicando de paredes duplas de alvenaria.

Para já, considera que há processos de reabilitação que são necessários e que devem partir dos financiamentos que existem. “Isto tem um impacto enorme no consumo que nós temos de ar condicionado e de caloríficos”, explica. Para o arquiteto, a preocupação deve ser sobretudo com tudo o que numa casa contacta com o exterior.

Estratégia de 384 milhões para renovação dos edifícios

A “precariedade energética” é, segundo a Comissão Europeia, “o resultado de uma combinação de baixos rendimentos, despesas energéticas elevadas e mau desempenho energético das habi-

tações”. Agora, de acordo com o *Público*, o governo tem em mãos um instrumento que calcula, pela primeira vez, o investimento que seria necessário para “apoiar de forma considerável a mitigação da pobreza energética em Portugal”.

Para levar a cabo o isolamento térmico de fachadas e coberturas, e substituir vãos envidraçados por caixilhos de PVC com vidro duplo nos edifícios onde moram os cerca de dois milhões de portugueses que se estima viverem em situação de precariedade energética, seriam necessários investimentos totais de 7671 milhões de euros até 2040. Ou seja, 384 milhões de euros por ano.

Para chegar a estes números, um grupo de trabalho composto por elementos da Direcção-Geral de Energia e Geologia, da Agência para a Energia e do Instituto Superior Técnico, que estão na Estratégia de Longo Prazo para a Renovação dos Edifícios (ELPRE), um dos instrumentos de política de energia e clima que o país está obrigado a apresentar à Comissão Europeia.

No total, segundo o *Público*, a ELPRE prevê a necessidade de investimentos

totais de 144 mil milhões de euros, dos quais 110 mil milhões especificamente para habitações, na “transformação rentável dos edifícios existentes em edifícios com necessidades quase nulas de energia” até 2050. Estabelece ainda um “roteiro com medidas de melhoria” para alcançar esse “parque imobiliário descarbonizado e de elevada eficiência energética” e considera que as poupanças em aquisição de energia permitirão, “ao fim de 30 anos”, um retorno do investimento de 112 mil milhões de euros nos edifícios residenciais e de 109 mil milhões nos edifícios não residenciais.

Para aplicar as medidas sugeridas no documento, é necessário um investimento total de 40.373 milhões de euros e todas as alterações ao “nível da envolvente térmica dos edifícios” devem ser efetuadas até 2040.

Segundo o conteúdo apresentado pela ELPRE, intervir na chamada “envolvente passiva” dos edifícios permitiria aumentar o nível de “conforto interior das habitações sem necessidade do aumento do consumo de energia” e dos encargos que isso representa, pelo que

os autores da ELPRE destacam a importância destas medidas para as camadas mais desfavorecidas da população.

O governo português espera o apoio de Bruxelas através de um plano de medidas para promover a renovação de edifícios. De acordo com o *Público*, o objetivo da Comissão é, no mínimo, duplicar a taxa de renovação de edifícios, contribuindo em simultâneo para as metas ambientais e para a recuperação económica.

Para já, não passa de uma intenção mas o Ministério do Ambiente e da Ação Climática considera que boa parte do investimento se vai dar no âmbito da “evolução normal” da iniciativa privada. Por outro lado, o governo referiu o Fundo Europeu de Financiamento para a Renovação, que deverá contar com 91 mil milhões de euros por ano e o plano de recuperação apresentado por Bruxelas para combater os efeitos da pandemia.

É uma questão de tempo perceber se a viabilidade deste plano representa efetivamente o fim de uma guerra contra o frio e a humidade.

PUBLICIDADE



COVID-19

**OBRIGADA
POR REDUZIR
AS DESLOCAÇÕES
AO ESSENCIAL**

MARTA JONET
MÉDICA

**CUIDAR DE SI
É CUIDAR DE TODOS.**

REPÚBLICA PORTUGUESA
SAÚDE

SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

DGS desde 1899
Direção-Geral da Saúde

não paramos
#ESTAMOS ON
Sóbo mais em [covid19estamoson.gov.pt](https://www.covid19estamoson.gov.pt)

COLETIVIDADES

Casa do Alentejo recebe apoio da Câmara de Lisboa



O decréscimo de atividade provocado pela pandemia deixou o icónico espaço em sérias dificuldades.

A Câmara de Lisboa aprovou apoio financeiro de 187 mil euros à Casa do Alentejo, que estava em risco de encerrar.

O apoio enquadra-se no Fundo de Emergência So-

cial da autarquia que garante apoios a organizações sem fins lucrativos em dificuldades financeiras.

Há cerca de um mês, o presidente da associação que gere a Casa do Alentejo disse à Lusa que se está a

“fazer tudo” para não fechar em 2021 e pediu “discriminação positiva” nos apoios do Estado. João Proença explicou na ocasião que, devido à pandemia de Covid-19, a “vertente da gastronomia”, responsável pelas receitas do restaurante e do bar, está “completamente parada”.

“O prolongamento da pandemia deixou a instituição na iminência de entrar em 2021 “com uma situação ainda muito precária”, salientou João Proença à Lusa, defendendo que é necessário o Estado apoiar uma entidade que tem “os impostos e tudo em dia” e que contribui com “receitas para o Orçamento do país”.

A Casa do Alentejo, fundada em 1923, é uma associação que, segundo a sua página oficial na internet, contribui para a “dinamização, promoção e preservação da cultura alentejana” na Área Metropolitana de Lisboa, atuando como um “espaço cultural polivalente” onde acolhe várias vertentes como apresentações de livros, sessões de poesia, conferências temáticas e semanas dedicadas aos concelhos do Alentejo, entre outras atividades.

Com a revolução de 25 de abril de 1974, a Casa do Alentejo, que era um espaço exclusivo, torna-se aberta a todos.

Situada num palácio do século XVII, na Rua das Portas de Santo Antão, na baixa de Lisboa, a Casa do Alentejo tornou-se num espaço de referência cultural e gastronómica da região alentejana na capital, no qual se destacam o seu restaurante, a taberna típica e o Espaço Alentejo, onde decorrem as várias atividades culturais apoiadas pela associação.

A VOZ do corvo



... e depois do vírus

... e depois do adeus foi canção que, cantada na madrugada de um dia vinte e cinco de Abril, marcou o início de uma nova época nas nossas vidas.

Será que no próximo Abril, quando o vírus já for (assim se espera) uma má recordação, se poderá dizer que vamos entrar numa nova época? a época pós-vírus? e como será ela?

Podemos lançar-nos a adivinhar e se pedirmos ajuda à História poderemos formular alternativas e imaginar cenários: é bem provável que, por termos estado, vai para quase um ano, com liber-

dades condicionadas, comportamentos vigiados e relações pessoais, familiares e sociais restringidas, se assista a uma explosão de vida, tal como já sucedeu após outras desgraças e surja um período de “anos loucos”.

E então talvez os costumes se alterem, o endividamento das pessoas, das famílias, e das empresas aumentará, os bancos irão ensacar mais milhões e é quase certo que o consumismo tornará mais fundo o fosso que já há entre pobres e ricos...

Também poderá ser que a austeridade forçada a que fomos sujeitos nos tenha ensinado a sermos parcios, a melhor aproveitar os recursos materiais e intelectuais postos à nossa disposição no campo da transmissão do conhecimento ou das formas de prestações de serviços. E até é provável que surjam outras formas de manifestação artística nos campos da multimédia.

Duas coisas são certas e podemos dá-las como adquiridas – a Humanidade avançou em termos de investigação e desenvolvimento, seja na descoberta da vacina, seja nos critérios e processos de distribuição, e o nosso Serviço Nacional de Saúde, amplo e solidário, cumpriu.

Bem hajam os que para tal contribuíram.

Um outro problema ficará como está e ousa-me dizer é possível que piore – o da habitação para o maior número.

É fácil constatar que a especulação (reter e esperar que os preços subam) é vírus maligno, bicho de sete folgos. Conseguiu aguentar-se, foi diminuto o número de reconvertidos que admitiram colocar no mercado corrente os AL que exploravam e os que o fizeram foi a preços proibitivos para a maioria da população.

O mercado imobiliário está vivo e ativo no mundo dos que têm fortuna – bem o demonstram as oito páginas diárias de um jornal de grande circulação repletas de publicidade, de compras e vendas e de entusiásticos artigos sobre a “dinâmica do setor”.

No entanto, é dado como certo que o problema do alojamento para o maior número só se encaminhará para uma resolução com a intervenção direta do Estado, regulamentando, tabelando e sobretudo construindo, com determinação semelhante à que teve para combater o vírus.

Porque, sem a agressividade de uma doença, mas na medida que afeta o quotidiano de todos os nós, talvez o caso não seja para menos.

Transportes públicos



O dito e o feito

A comunicação social bombardeia-nos com os anúncios governamentais de investimentos ferroviários, mas a cautela leva-nos a olhar para o passado recente.

O que está na moda é o chamado PNI 2030, com investimentos avultados em infraestruturas ferroviárias.

No entanto é bom lembrarmo-nos que já houve um plano designado por Ferrovia 2020, e ver como foi cumprido.

Como é extenso, deixo só alguns exemplos elucidativos.

Começemos pelo designado Corredor Internacional Norte e assinalemos as datas previstas para a conclusão dos empreendimentos, com as circulações a normais: Pampilhosa - Mangualde: 1º trimestre 2020; Mangualde - Guarda: 1º trimestre 2020; Guarda - Vilar Formoso: 1º trimestre 2019; Covilhã - Guarda: 3º trimestre de 2018.

Passemos para o Corredor Internacional Sul com os mesmos critérios: Sines - Ermidas - Grândola: 1º Trimestre de 2021; Évora - Évora Norte: 3º Trimestre de 2017; Évora Norte - Elvas: 4º trimestre de 2019; Elvas - Fronteira: 1º trimestre de 2018

Fiquemo-nos por aqui no que respeita às infraestruturas, porque a lista é grande e o espaço é curto.

Para material circulante também se anunciam mil milhões, mas a vida mostra-nos que:

Concurso para comprar material para a linha de Cascais: cancelado em 1999. Só foi comprado para o Porto; concurso para aquisição de 20 a 45 automotoras diesel ligeiras em 2001: cancelado; concurso para remodelação de 27 carruagens de serviço inter-regional, em 2001: cancelado; concurso para remodelação de 25 unidades triplas diesel, várias datas entre 2000 e 2004: cancelado; concurso para aquisição de 25+5 automotoras diesel para regionais (diesel simples ou bi-modo, isto é, diesel e elétrico) em 2009: cancelado; concurso para aquisição de material circulante elétrico para suburbano 44+8 (36 bi-tensão - para os 1500 V em corrente contínua ou 25 kV em corrente alternada - para Cascais) em 2010: cancelado.

A vida mostra que, entre o anunciado e o realizado, ao longo dos anos, vai um abismo, embora com bom proveito para as contas públicas.

Gostava de acreditar que os investimentos vão ser concretizados em tempo útil, com reflexos positivos na economia do país.

O meu problema é que sendo otimista, acumulo muita experiência de vida.

Rego Mendes

CGD

Moradores e comerciantes rejeitam fecho de balcões



O Banco tem anunciado o encerramento de vários balcões.

No princípio de dezembro, os habitantes do Monte da Caparica receberam a notícia de que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) pretendia encerrar um balcão naquele território do concelho de Almada. Primeiro, os utentes souberam da decisão por carta, uma intenção confirmada pela presidente da Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, que, através de comunicado, anunciou que tudo faria para que a saída do banco público da zona não se concretizasse.

De imediato, foi lançada uma petição, tendo como primeiros subscritores os autarcas, contra a redução do número de balcões. O plano para encolher a presença e a quota de mercado da Caixa, viabilizado pela Comissão Europeia no âmbito do processo de recapitalização pública do banco, prevê uma redução de 2200 trabalhadores e o encerramento de 180 balcões até ao final deste ano.

Na semana seguinte, foi a vez dos lisboetas se somarem ao protesto, apelando ao governo para garantir que a gestão do banco público atende às necessidades das populações.

Em Alfama e em Marvila, onde se prevê o encerramento de balcões da CGD, os moradores estiveram concen-

trados junto ao banco, na Rua do Jardim do Tabaco, para contestar e exigir a reversão da decisão.

Vítimas da especulação imobiliária e da turistificação da cidade, os moradores e os pequenos comerciantes recusam o encerramento, noticiou o *AbrilAbril*, com o consequente reencaminhamento para um balcão no bairro da Graça, e exigem que a Câmara de Lisboa intervenha junto da administração bancária e do governo pela manutenção do banco público junto das populações.

Para além do protesto, a Associação do Património e da População de Alfama (APPA) criou também uma petição dirigida ao executivo, aos órgãos de poder local e à administração da CGD.

Já em Sintra, os moradores de Aqualva, Mira Sintra, Massamá e Monte Abraão, concentraram-se em frente à sede do banco público, em Lisboa, para protestar contra a intenção de encerrar duas agências em zonas habitadas por população mais idosa e com dificuldade em deslocar-se, que poderão ficar a uma distância de cerca de três quilómetros de outra agência da CGD.

TAP

Trabalhadores defendem ser solução

Em setembro, o Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) sustentava que não havia trabalhadores a mais mas trabalho a menos na TAP. A estrutura sindical alegava que “a TAP, para poder continuar a ser útil ao país, aos trabalhadores e à economia nacional”, tinha que manter “uma dimensão próxima da atual”.

Com a recente proposta do governo que está a ser analisada por Bruxelas, os trabalhadores afirmam que não podem ser eles a pagar “os ditames de Bruxelas”. Em comunicado, a comissão de trabalhadores da TAP afirmou que são peças fundamentais para a recuperação da companhia aérea, empresa estratégica nacional.

“Não nos podemos esquecer da responsabilidade que

o Governo tem em todo este processo, uma vez que o Estado é o accionista maioritário da TAP”, pode ler-se no comunicado do sindicato.

O plano de reestruturação da TAP determina o despedimento de 750 trabalhadores de terra e 500 pilotos e ainda um corte de 25% nos salários, que só não abrangerá os salários até 1000 euros. Este plano, que poderá levar à saída de 4600 trabalhadores, é o instrumento que o governo utilizará para receber luz verde da Comissão Europeia para viabilizar o investimento do Estado na companhia. Se Bruxelas recusar a proposta, o ministro das Infraestruturas afirma que a única solução é a insolvência da empresa.

SONAE

Apesar dos lucros, invoca pandemia para evitar aumentos



Cláudia Azevedo assumiu a presidência executiva da Sonae no ano passado.

Apesar da pandemia, os trabalhadores dos hipermercados não deixaram de estar nos seus locais de trabalho para garantir a venda de produtos à população. Mesmo nos meses de novembro e dezembro, que são habitualmente meses de correria ao comércio e às grandes superfícies, período em que se agravou o número de mortes e novas infeções, quem trabalha nos hipermercados manteve-se no seu posto.

Em novembro, de acordo com a *Lusa*, a Sonae anunciava que o volume de negócios do grupo aumentou, até setembro, em 5,9%, atingindo os 4,9 mil milhões de euros, impulsionado pelo crescimento da Worten e da Sonae MC, que detém o Continente. Nos primeiros nove meses do ano, o volume de negócios da Sonae MC cresceu 10% para 3,8 mil milhões de euros, tendo a Worten aumentado a faturação em 4,3%, para 775 milhões de euros.

Dias depois, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP) realizou a primeira reunião sobre o caderno reivindicativo para 2021, numa altura em que a empresa, refere a estrutura sindical num comunicado, “continua a remeter para a associação patronal a negociação dos salários, categorias dos operadores de armazém, organização do tempo de trabalho e férias”.

À boleia da pandemia, diz o mesmo sindicato, a empresa diz “existirem dificuldades acrescidas” mas esta estrutura regista que, apesar de as lojas do grupo terem mantido as portas abertas durante todo o

período da pandemia, “do crescimento das vendas nas lojas e no online, e do lucro anunciado ser superior ao de 2019, a empresa alega não ter condições para aumentar já os salários dos trabalhadores”. Aumentos em 2021, “só em função das avaliações”, defende a Sonae.

Para o CESP, segundo o *AbrilAbril*, a empresa “não assume compromissos” com a resolução dos problemas que “há muito afetam” os trabalhadores, designadamente no que diz respeito aos horários de trabalho, “falta de trabalhadores para as necessidades das lojas” e “discriminações” associadas aos prémios nos armazéns e lojas.

“É urgente” reverter o caminho dos baixos salários e da precariedade aplicada aos que produzem a riqueza, reclamam os sindicalistas que consideram que os “imprescindíveis” e “essenciais” são “sempre os mesmos a pagar a factura das crises e pandemias”.

Uma das reivindicações dos trabalhadores é o aumento salarial de 90 euros para todos, “fazendo caminho para que o salário mais baixo na empresa atinja os 850 euros a curto prazo”.

A promoção imediata e equiparação da progressão dos Operadores de Armazém a Operadores Especializados, o aumento do subsídio de alimentação, o respeito pelo direito à conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar, e o fim imediato do banco de horas grupal são outras exigências dos trabalhadores da Sonae, que reclamam o encerramento das lojas aos domingos e feriados.

A VOZ
dos livros



faz-se caminho ao andar,
de António Avelãs Nunes

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Un. de Coimbra, leccionou aulas teóricas e práticas das disciplinas de Economia Política I, Economia Política II, Finanças Públicas, Problemas Monetários Internacionais, Economia, Direito Público da Economia Moeda e Crédito, disciplinas sobre as quais tem publicado um vasto número de livros e ensaios que nos têm permitido, as nós os leigos nestas complexas matérias dos dinheiros e suas pérfidas sinuosidades, a entender melhor o estado das coisas e o mundo em que vivemos.

Teve funções governativas entre Maio e Novembro de 1974; Foi, nos Governos de Vasco Gonçalves, Secretário de Estado dos Desportos e Acção Escolar; entre Dezembro de 1974 e Setembro de 1975, Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica, para além de inúmeros cargos superiores na sua Universidade de Coimbra. Homem de pensamento e acção, um intelectual, um investigador, um autor de primeiro plano.

faz-se caminho ao andar, título retirado do famoso poema de António Machado, este novo livro de António Avelãs Nunes é, segundo o autor, um livro de viagens, de viagens pela memória, por um amplo espólio de participações cívicas, nas revistas, nos jornais, nos livros, nas caminhadas fraternas e leais com os amigos de sempre, nas homenagens, nas evocações lúcidas e sentidas de camaradas de lutas, um eclético grupo que com ele se cruzou ao longo da vida, que em determinado tempo da viagem estiveram na mesma barricada, defenderam os mesmos projectos, ideias, ideais, posições consonantes, formas de ler o país e o mundo, embora, nessa complexa viagem, alguns tenham depois seguido outras estradas – mas os afectos ficaram. Muitos desses amigos viajam neste acervo da memória, que nunca nos trai, se a não trairmos: Francisco Salgado Zenha, Jorge Sampaio, Manuel Lousã Henriques (com o qual tive a honra de participar num colóquio, em Coimbra, sobre o livro *Forte de Peniche – Resistência, Memória, Luta*, poucos meses antes do seu falecimento); José Óscar Monteiro, General Vasco Gonçalves, Alfredo Melo de Carvalho, José Pinheiro Lopes de Almeida.

Mas serão os textos de intervenção crítica sobre a usura do capitalismo e a sua imoral substância, as derivas sinistras do neo-liberalismo, que fazem o grosso e a medida indispensável deste livro.

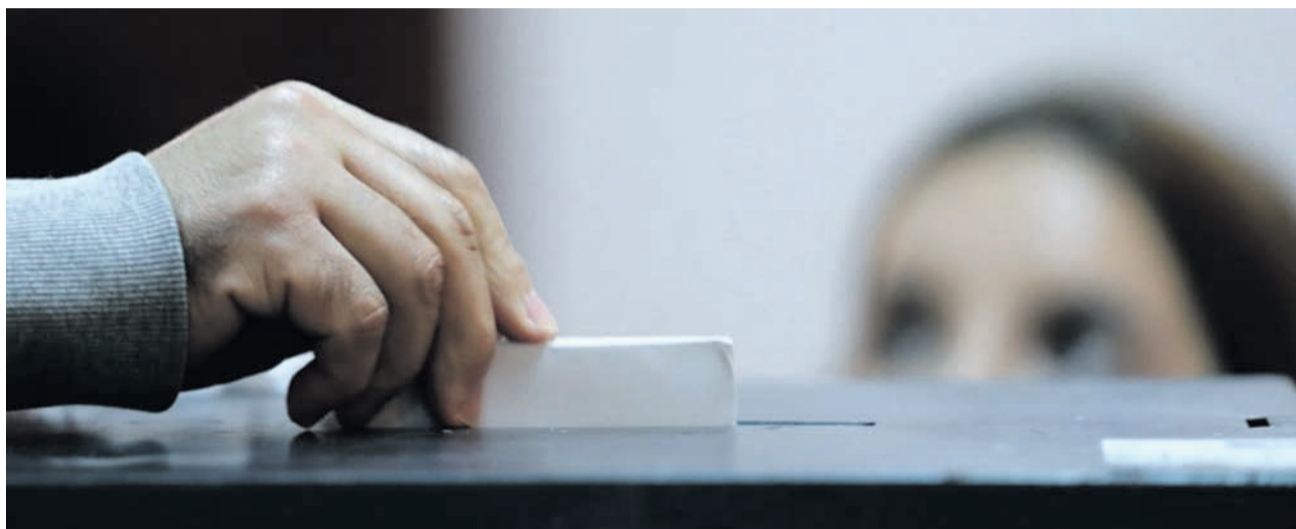
O olhar e a reflexão de António Avelãs Nunes, sobre os novos modos de exploração – incluindo a forma como o capital se prepara para sair como o grande vencedor desta “pandemia”, que afinal não é apenas uma questão sanitária -, é, nos dias rapaces que vivemos, essencial para o entendimento crítico do nosso tempo.

faz-se caminho ao andar, de António Avelãs Nunes – Edição Página a Página.

Domingos Lobo

PRESIDENCIAIS

Portugueses escolhem Presidente a 24



Vai haver mais mesas de voto devido à pandemia.

Marcadas para 24 de janeiro, as eleições presidenciais realizam-se este mês com sete candidatos ao Palácio de Belém. De acordo com a Constituição da República Por-

tuguesa, a primeira e a segunda volta devem ocorrer nos 60 dias anteriores ao termo do mandato do atual Presidente da República, que termina a 9 de março.

O primeiro a oficializar a sua candidatura foi João Ferreira logo a 10 de dezembro com a entrega no Tribunal Constitucional de 15 mil assinaturas. O biólogo foi, aliás, o candidato que mais assinaturas recolheu e tem o apoio do PCP, dos Verdes e de centenas de sindicalistas.

Já Marisa Matias, apresenta-se novamente com o apoio do seu partido, o BE, e apesar de ter uma pré-campanha relativamente apagada nas ruas, que atribui à pandemia, tem feito várias ações nas redes sociais.

Com 8320 assinaturas, Ana Gomes, dirigente do PS, oficializou a candidatura a um dia do fecho das inscrições. Não conseguiu o apoio oficial do seu partido mas tenta roubar votos a Marcelo dizendo que os eleitores de direita não se arrependerão se a elegerem.

O atual Presidente da República tem fortes apoios no PS, PSD e CDS-PP e promete, se for eleito, um segundo mandato de continuidade, apesar das acusações dos sindicatos de que nos momentos-chave esteve do lado dos grandes grupos económicos e financeiros.

Os outros candidatos são Vitorino Silva, Tiago Mayan Gonçalves e André Ventura.

PUBLICIDADE

COVID-19

**OBRIGADA
POR USAR
A MÁSCARA**

PATRÍCIA FERREIRA
ENFERMEIRA

CUIDAR DE SI
É CUIDAR DE TODOS.

REPÚBLICA
PORTUGUESA
SAÚDE

SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

DGS
desde
1899
Direção-Geral da Saúde

não paramos
#ESTAMOS ON
Sobretudo mais em covid19estamoson.gov.pt

VENEZUELA



Concorreram mais de 90 partidos, dos quais 15 do bloco chavista, sendo os restantes opositores.

Eleições na Venezuela. Chavismo recupera maioria na Assembleia Nacional

Há quase 22 anos no poder, o PSUV voltou a ganhar terreno no poder legislativo do país com 71% dos votos. Num compasso de espera, a comunidade internacional aguarda a transição de poder nos EUA para se pronunciar sobre a vitória que assegura a continuidade da Revolução Bolivariana. Maduro mantém que “não puderam nem poderão conosco”.

Teresa Camarão

Afastada do centro do furacão mediático, a Venezuela deixou de ser ‘capa de revista’ num esquecimento que oscila entre o mundo de olhos postos na pandemia, a aparente eficiência do alegado ‘regime’ de Nicolás Maduro na gestão da crise sanitária e o esmorecimento da base de apoio do autoproclamado Presidente, e amplamente reconhecido pelo ocidente, Juan Guaidó.

Nem o povo norte-americano alinhou na estratégia desenhada com o apoio de Washington na ainda latente era Trump. Num compasso de espera propositado, a União Europeia não emitiu sequer um parecer oficial sobre as eleições que devolveram a maioria parlamentar ao partido dos muitos partidos que dão corpo ao PSUV de Hugo Chávez na Assembleia Nacional. Faz depender da tomada de posse do novo Presidente dos EUA a continuidade do apoio ao homem que prometeu ‘sacar’ o chavismo de Miraflores. A transição de poder na Casa Branca acalenta, de resto, um horizonte de

soluções para resolver uma das maiores crises humanitárias da América Latina.

Joe Biden já disse ao que vinha. Numa espécie de receita menos calórica da “urgência da realização de eleições livres” não ameaça com infiltrados nem intervenções militares, embora não reconheça a legitimidade dos atos eleitorais que aprofundam a Revolução Bolivariana há praticamente 22 anos.

Sem soberania, não há conversa. A ideia preside a todas as intervenções do não derrubado Nicolás Maduro. Sem que o bloqueio económico, que impede o país de aceder ao livre mercado e inclusivamente pagar os salários das delegações diplomáticas e consulares espalhadas pelo mundo, o Presidente eleito da Venezuela não vê margem para negociar. Argumenta que é um caso de soberania nacional.

Eleições livres

A julgar pelos 71% dos votos que retiraram a maioria da oposição do Parlamento venezuelano e devolveram o controlo

do poder legislativo aos deputados chavistas e próximos do chavismo, Maduro não parece isolado. “Somos teimosos e não puderam nem poderão conosco”, gritou vitória como quem encerra o capítulo da transição de poder que tem falhado sucessivamente desde há já quase dois anos.

Com uma participação de pouco mais de 30%, o país foi a eleições num contexto apático. Debaxo de um bloqueio com graves consequências económicas e sociais, com uma quota parte dos eleitores emigrados e as medidas restritivas que acompanham a pandemia a impedir aglomerações e a prejudicar a fluidez das mesas de voto.

Na capital venezuelana, há três anos, Fania Rodrigues acompanhou o processo eleitoral como jornalista independente. “Não vi nenhuma irregularidade, nem tenho relatos disso. Falei com vários jornalistas que acabaram por ter a mesma percepção que eu: baixa participação em geral, pouca fluidez mas uma participação muito significativa tanto no centro

de Caracas como nos mais bairros tradicionalmente mais chavistas como os bairros de Catia ou o 23 de Enero”.

De resto, na pele de emigrante brasileira, diz-nos que a maior diferença entre o processo eleitoral do país natal e o venezuelano é o facto de no maior país da América Latina o voto ser obrigatório. “A alta participação nas eleições brasileiras que chega aos 70%/80% se deve ao facto de que se você não votar, tem consequências. Você não pode tirar passaporte, não pode abrir conta no banco, uma série de coisas vinculadas ao Estado, enquanto na Venezuela o voto é facultativo, é opcional”.

Outros boicotes

Apesar do clima de boicote e dos apelos à não participação da oposição nas últimas ‘parlamentares’, a brasileira faz questão de sublinhar a diferença que passou ao lado nas apreciações dos analistas sobre o desfecho do último ato eleitoral. De facto, ao contrário do que aconteceu nas presidenciais que reelegeram Nicolás Maduro em 2018, desta vez a oposição participou em peso, parecendo, em teoria, afastada a hipótese de um novo não reconhecimento mundial dos resultados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral.

“Entre mais de 90 partidos, 15 eram do bloco chavista e os outros todos eram opositores. Dentro desse campo opositor, à direita, participaram quatro partidos considerados grandes”, entre eles a coligação Acción Democrática, o El Cambio, a Avanzada Progressista e o Primero Venezuela. “Eles participaram em todo o processo. Todo o processo foi acompanhado por fiscais deles. Credenciaram até técnicos informáticos especializados para apurar e registar o processamento de votos”, esclarece Fania Rodrigues.

Assim, diz, “quando a oposição fala em fraude ela não está falando da contagem dos votos”, antes sobre a “pesada maquinaria chavista” que se entrega de corpo e alma à campanha eleitoral “chamando todo o mundo para votar”.

A título de exemplo, a jornalista falamos do ódio visceral da oposição aos chamados pontos vermelhos, em castelhano, ‘puntos rojos’. “Tem esse negócio que fica fazendo uma lista de quem votou e não votou. Não é obrigatório, mas se você é militante e quer dizer que participou, esses elementos vão tendo uma ideia do grau de participação ao longo do dia”, começa. “Aí, a oposição diz que isto é uma pressão para obrigar as pessoas a votar, embora o tal ‘ponto rojo’ nunca saiba se a pessoa votou neste ou naquele partido”.

Indiferente aos compassos de espera da comunidade internacional, o país segue o trilho definido pela Constituição bolivariana. Está marcada para 5 de janeiro a retomada da maioria da Assembleia Nacional.

LITERATURA

“Porque há direito ao grito, então eu grito”

Maria João Pereira

Este é o ano em que Clarice Lispector viveria o seu centenário. Assinalamo-lo num exercício de evocação, de um certo malabarismo humano de quem procura o entendimento sobre as nossas curvas e contra-curvas interiores.

Disse um dia que pelo lado avesso trazia um ser que fazia do seu corpo casa - um cavalo preto e lustroso, inteiramente selvagem por jamais ter morado em qualquer outro corpo e jamais lhe ter sido aplicada rédea, nem sela. “É um bicho que chamado com autoridade, vem. Às vezes até come na minha mão. Mas quando eu morrer este cavalo preto ficará sem casa e vai sofrer muito”. Pode dizer-se que terá dedicado toda a sua vida a descobrir este bicho, o seu passo e galope, os seus sons, a dualidade entre o seu portento e a sua fragilidade. Nascida Haya Pinkhasovna Lispector na Ucrânia, em 1920, cedo emigra com a família para o Brasil onde se instalam em Maceió, Alagoas. Mudam-se depois para o Recife que deixa para se fixar no Rio de Janeiro para estudar Direito. Em 1940 torna-se uma das primeiras mulheres jornalistas no país como repórter da Agência Nacional e dois anos depois do jornal A Noite.

Em 1943, com 23 anos, publica a sua primeira obra, Perto do Coração Selvagem - imediatamente aclamado e premiado pela crítica. No mesmo ano, casa-se com Maury Gurgel Valente, um diplomata, o que lhe vale a hipótese de viver em vários lugares à volta do globo.

Durante os anos de casamento publica um livro de contos, O Lustre e Cidade Sitiada e depois da decisão de separação regressa ao Rio de Janeiro onde se torna colunista em vários jornais - sendo a sua mais conhecida

crónica, Feira de Utilidades, assinada sob o pseudónimo de Helen Palmer.

Em 1966 um brutal incêndio accidental, causado por um cigarro que se esqueceu de apagar, deixou-lhe o corpo profundamente marcado por queimaduras, a mais grave na mão direita (com a qual escrevia) que só não perdeu por resiliência médica.

Recuperada do acidente começa a dar sinais de um forte engajamento político tendo participado em várias manifestações pela democracia, nomeadamente a que teve lugar em Junho desse ano, quando centenas de intelectuais e artistas tomaram a linha da frente na *passada dos cem mil* contra a ditadura militar.

Absolutamente enigmática, dizia viver em esboços não acabados e vacilantes. Procurava sem cessar os limites de si própria, o ímpeto, e a *libertação - estado* que dizia ser “imenso, cheio de mistérios e dores”. Como resultado dessa procura das suas próprias profundezas, foi muitas vezes descrita como controversa, peculiar e fazia questão de jamais desmentir estas adjetivações; pelo contrário, cuidava-as como plantas e usava-as como forças propulsoras para *ser quem era* e mesmo *testar ser quem não era*. Não é portanto estranho que tenha participado no 1º Congresso Mundial de Bruxaria, na Colômbia, onde discursou sobre a ligação entre a magia e a literatura.

Dedicou os anos seguintes à tradução de autores incontornáveis como Júlio Verne, Agatha Christie e Edgar Allan Poe e publica o seu último romance, A Hora da Estrela e uma última selecção de crónicas, Para Não Esquecer, em 1977. Morre no final desse ano, um dia antes do seu aniversário, a 9 de Dezembro. Algumas das suas obras foram publicadas postumamente, como é o caso de Um Sopro de Vida e a colectânea de contos A Bela e



Dia 10 de dezembro realizou-se o centenário da escritora.

a Fera. Além do inconfundível estilo, presença e escrita, Clarice deixou como legado o impulso para a pergunta, para a procura, para o mergulho interior constante - “persigo o que fica atrás do pensamento. É inútil querer classificar-me, porque eu escapo. Além disso a vida é curta demais para que eu possa ler todos os grossos dicionários a fim de por acaso descobrir a palavra salvadora. Entender é sempre limitado. Nem tudo tem que fazer sentido - não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é possível. Eu não: quero é uma verdade inventada, porque no fundo todos só queremos desabrochar, de uma forma ou de outra”.

Sugestões culturais

A Era do Capitalismo da Vigilância
Shoshana Zuboff



A socióloga norte-americana revela-nos aquilo a que chama «capitalismo da vigilância», um projeto global de modificação do comportamento que ameaça transformar a natureza humana no século XXI, do mesmo modo que o capitalismo industrial alterou o mundo natural do século XX. Zuboff analisa as consequências do capitalismo da vigilância que se expandiu de Silicon Valley aos mais diferentes setores da economia atual.

Taleguinho



Os músicos Catarina Moura (Brigada Victor Jara) e Luís Pedro Madeira (Pensão Flôr) lançam o primeiro álbum em dupla dedicado aos mais novas, que decorre de um espetáculo ao vivo, que se revelou ideal para todas as idades, e que buscou proporcionar o contacto com a música tradicional portuguesa, através de um alinhamento que inclui canções, histórias e lengalengas, contadas e cantadas.

Ciclo in memoriam Sean Connery
Cinemateca



Desaparecido em outubro passado, aos 90 anos, não foi só um dos mais populares atores do último meio século, foi também um ator que conservou essa popularidade durante muito mais tempo do que é habitual. É evocado neste programa, com destaque para alguns dos filmes semi-esquecidos em que participou, como *Robin and Marian*, *The Wind and the Lion* ou *The Offence*.

Arquitetura do Bacalhau
Exposição



Para ampliar as hipóteses abertas pela exposição O Mar É a Nossa Terra, o CCB/Garagem Sul está a organizar um debate em que aproxima as culturas da pesca e do ambiente construído entre Portugal e a Noruega, procurando compreender como as cidades e os territórios portuários de Portugal e da Noruega se transformaram em função das práticas de pesca e do impacto da atividade humana nos ecossistemas marinhos.

RESISTÊNCIA



Há 61 anos, Cunhal e nove camaradas fugiam de Peniche.

A fuga de Peniche

O ano é 1960, o mês de Janeiro, o dia 3. A fuga de Peniche realiza-se, e concretiza-se um dos mais relevantes e significativos momentos da resistência antifascista, que atravessou os 48 anos do regime do Estado Novo. Ao Estado Novo é imposta uma pesada derrota e um enorme embaraço.

Portugal vivia sob o regime fascista de Salazar que, em síntese, impunha uma ditadura terrorista dos monopólios ao país e à população, que se caracterizava pelo domínio e concentração da economia nacional num reduzido conjunto de grupos económicos, domínio nas fábricas e nos campos, de grupos simultaneamente apoiados e apoiantes do regime. Em auxílio da “situação”, as liberdades cívicas e políticas eram coartadas, a censura impunha-se sobre a Imprensa, a Arte e todas as formas de expressão cultural e de ensino, o povo era condenado às mais vis e diversificadas expressões de miséria material e espiritual. As burlas eleitorais sucediam-se.

No quadro internacional, a ditadura restringia as relações internacionais do país, pouco diversificadas e limitadas, reduzidas a países como Espanha, Inglaterra, EUA ou a organizações como a NATO. O colonialismo do regime lutava por sobreviver e o confronto com outros povos oprimidos já era inevitável.

A repressão política impunha-se, a União Nacional exercia em farsa o seu poder político, e os que, de diversas formas lhe resistiam, estavam condenados à perseguição, ao exílio, clandestinidade ou prisão. Ou à morte. Desde o seu início, o regime fascista dinamizara uma perseguição política (a partir da sua PIDE) e um sistema penal dirigido aos seus opositores, do qual o sistema prisional era vértice central e símbolo, contando, entre tantos outros lugares de detenção com as prisões de Tarrafal, Angra, Aljube, PIDE no Porto, Caxias... e Forte de Peniche.

A oposição ao regime foi sendo variada, teve ciclos, personagens diversificadas, momentos. Momentos de valentia, individual e coletiva, homens e mulheres, organizações, que a História tornou incontornáveis. E

neste movimento constante, destaca-se o Partido Comunista Português, único resistente clandestinamente onnipresente aos 48 anos de fascismo, reprimido até às últimas consequências, conhecido apenas por “o Partido”, tanto por amigos como por inimigos.

A centralidade política na oposição, que o PCP detinha, fez recair sobre os seus membros a mais feroz repressão. Os seus militantes, foram perseguidos em todas as esferas da vida, presos, torturados, assassinados. Por isso, entre os presos do Forte de Peniche, estavam vários dirigentes e militantes do PCP (alguns já com mais de 10 anos de cárcere). E estes planearam uma fuga, com rigor e coordenação, que a História memoriza e a Liberdade celebra.

Nessa noite de 1960, entre o frio de Janeiro, entre o mar agitado que embatia nas muralhas, e o som das gaivotas no céu, nas imediações do Forte, um carro abre o porta-bagagens, sinal, que do exterior tudo estava pronto. Comece a ação.

Após meses de conluio, com o apoio de um carcereiro, outro é manietado e anestesiado, permitindo a passagem despercebida dos presos por uma zona de exposição à vista. Ainda no piso superior, por uma árvore, descem ao piso inferior. Daí prosseguem em corrida, para a muralha exterior, por onde descem, à vez, por uma corda de lençóis rumo ao fosso exterior. Faltava agora saltar um último muro, e fugir, e divididos por três automóveis, assim foi.

Recordemos os seus nomes, dos que fugiram, Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério Carvalho e Francisco Martins Rodrigues; e dos auxiliares no exterior: Pires Jorge e António Dias Lourenço, com a ajuda de Octávio Pato, Rui Perdigão e Rogério Paulo. E recorde-se também os que, já anteriormente se tinham evadido daquele Forte, e também militantes do PCP, Jaime Serra, Francisco Miguel e Dias Lourenço.

A fuga de presos políticos é por definição uma hu-

milhação para os carcereiros, e a fuga de 1960 assim foi também, derrota e humilhação do regime fascista de Salazar. Pelo número de evadidos, pela sua filiação partidária, pela sua importância orgânica, pelos moldes da própria fuga e pelo reconhecimento internacional que teve. Mas foi mais importante que isso, nomeadamente onde mais importava, na resistência.

A notícia da fuga de Peniche foi significativa para toda a oposição, e recebida com grande ânimo, mas os efeitos políticos da fuga foram particularmente importantes para o PCP, desde logo permitindo-lhe recuperar um conjunto de quadros (reforçando a sua composição, dinâmica e ideologia). Resultando a partir daí, uma alteração na sua linha política (com a substituição do período designado por “desvio de direita”, iniciado em 1956) e a subsequente eleição de Álvaro Cunhal para seu Secretário-Geral. Alcançou-se uma nova dinâmica de luta, nas empresas e nos campos, nos 1º de Maio, com destaque para a reivindicação da jornada das 8 horas de trabalho. Mas também novos patamares na luta estudantil, nasceram outros movimentos de unidade entre democratas, deu-se o aparecimento da Rádio Portugal Livre.

No VI Congresso do PCP, logo após a fuga de Peniche, Álvaro Cunhal apresenta a sua obra “*Rumo à Vitória – as tarefas do Partido na Revolução Democrática e nacional*”, onde além da caracterização da situação nacional e do regime, nos seus vários aspetos, económicos, sociais e até culturais, da vida política nacional e internacional, traça o levantamento pela força como único caminho para liquidar a ditadura, assim como oito objetivos fundamentais para a Revolução, e em larga medida atingidos na Revolução de 25 de Abril de 1974.

Recordar a fuga de Peniche é celebrar a memória do antifascismo e da resistência, é recordar a repressão e o cárcere, obstando aos exercícios frequentes de branqueamento e adulteração da História e é, lembrar, que se manteve heroicamente esperança na aurora, mesmo quando a noite não podia ser mais escura.